

JORNAL DO BRASIL

Branco briga por terra de índio

23 OUT 1987

A preliminar ocorreu ontem e anteontem. Parte de duas sessões da Comissão de Sistematização foi ocupada com intensos debates e votações que não alcançaram quorum sobre a posse, pelos índios, das terras onde eles hoje habitam. A partida principal só deverá ser travada daqui a 15 ou 20 dias e envolverá partidários e adversários do direito de empresas explorarem ou não riquezas minerais em território indígena. "Vai ser uma luta dura", prevê o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ).

Foi dura a preliminar. Os membros da Comissão de Sistematização se divi-

diram em dois blocos, praticamente do mesmo tamanho — um favorável à manutenção do texto do projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, outro alinhado com uma emenda que pretendia alterá-lo. O artigo 19, inciso 9º, inclui entre os bens da União "as terras de posse imemorial onde se acham permanentemente localizados os índios".

Terras de posse imemorial, segundo outro artigo do projeto, são "aquelas destinadas à sua habitação efetiva, às suas atividades produtivas e às necessárias à sua preservação cultural, segundo seus usos e costumes" — deles, índios. A esquerda da Comissão bateu-se para suprimir a expressão "de posse imemorial" com receio de que, no futuro, ela pudesse vir a ser utilizada contra os índios. A direita e os moderados empenharam-se em manter o texto do projeto tal e qual.

"Terras de posse imemorial são terras de que não se tem registro algum ou que o registro se perdeu na pré-

história", argumenta o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). "Digamos que uma determinada tribo ocupe uma terra há 40 ou 30 anos. Não poderá, futuramente, uma lei ordinária considerar que essa posse não pode ser classificada de imemorial mas de recente? E, no caso, como ficariam os índios que nela habitassem?"

O nó do debate sobre mineração em território indígena repousa na origem da licença para que ela ocorra. O projeto de Cabral determina que a licença seja dada pelo Congresso, ouvidas as comunidades indígenas. As empresas de mineração querem alterar o projeto para que a licença dependa do Poder Executivo. "Com isso, as empresas esperam obter facilidades que, dificilmente, arrancariam do Congresso", observa o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara. As empresas alegam que a lentidão costumeira do processo legislativo emperrará a indústria de mineração e prejudicará, por extensão, a economia do país.

Ata dos feitos

Procura-se o deputado Ziza Valadares, do PMDB mineiro, único membro da Comissão de Sistematização que não compareceu até hoje ao trabalho uma só vez. Não votou um só artigo do projeto de Constituição e não foi reconhecido em plenário. O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara, chegou a imaginar que Ziza fosse uma deputada. Em contraste com a ineficiência de Valadares, o deputado José Genoíno (PT-SP) é o campeão de assiduidade ao plenário da Comissão, de apresentação de pedidos de destaque, de ocupação da tribuna e de intervenção em meio à fala dos outros.

Ata das sessões

Só para quem gosta de números e de observações, aparentemente, relevantes: sem contar a sessão de ontem, a Comissão de Sistematização consumiu, até agora, cerca de 140 horas no exame do projeto de Constituição — uma média, que é baixa, de cinco horas diárias desde que começou a se reunir no último dia 24. Produziu um total de 183 votações — em 25 delas, o quórum para aprovação ou rejeição da matéria em debate não foi alcançado. O capítulo dos direitos sociais foi o que ocupou mais tempo de discussão. Até ontem, tinham sido votados só 19 dos 336 artigos do projeto.

Tiete de Juscelino

Por se encontrar a essa altura, presumidamente, na Tailândia, em viagem de estudos a serviço do Congresso, o senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI) perdeu a oportunidade de ter uma emenda de sua autoria votada pela Comissão de Sistematização. O artigo 17, parágrafo 1º, do projeto de Constituição diz que "Brasília é a capital federal". Rodrigues quer que o artigo diga: "Brasília, que foi fundada pelo presidente Juscelino Kubitschek, é a capital federal". A emenda deverá ser reapresentada quando o projeto começar a ser votado pelo plenário da Constituinte.

- O senador Mário Covas desembarca em Brasília na próxima semana para reassumir a liderança do PMDB na Constituinte. De coração recuperado, prepara-se para atenuar a paciência do deputado Ulysses Guimarães.

- O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara, recolhe informações para o livro

Pinga-fogo

que pretende escrever sobre os bastidores da Constituinte.

- O deputado José Maurício (PDT-RJ) e o sistema eletrônico de votação da Câmara são, absolutamente, incompatíveis. O deputado ainda não teve o prazer de ver seu nome registrado no placar de votação. Não consegue manejar o sistema.

- Em segredo, os parlamenta-

ristas na Constituinte aparam suas diferenças para a apresentação de uma emenda que possa ser acolhida pelo presidente José Sarney e contentar todos os grupos.

- O "radical de Araxá" cede lugar ao deputado Fernando Lyra: "Quero ver o Luiz Henrique pronunciar software".

Ricardo Noblat

Prisco vai dar as cartas nas eleições de 88

BRASÍLIA — A chave da vitória do governo nas eleições municipais de 1988 já tem nome e endereço certos: Prisco Viana, ministro do Desenvolvimento Urbano, avenida W3 Norte, Brasília. Das mãos de Prisco, servidor público, jornalista, deputado federal desde 1971 e novo ministro do governo de transição, sairá um bom volume de recursos federais para abastecer programas de habitação, saneamento e transportes das prefeituras e governos estaduais.

O orçamento para o ano que vem não é desprezível: Cz\$ 41 bilhões para o MDU e cerca de Cz\$ 800 bilhões para a Caixa Econômica Federal, que está sendo incorporada ao acervo do baiano Prisco Viana. "Eu vou fazer o que o presidente mandar", desconversa o ministro nomeado, cuja posse está marcada para hoje. "Não será um ministério eleitoreiro, mas é óbvio que o nosso contato direto será com as prefeituras".

Prisco Viana ainda não tem o nome do futuro presidente da Caixa Econômica: "Essa é uma questão de relevância política. O presidente é quem vai indicar". Um economista de carreira ocupa interinamente (desde junho) a presidência da estatal: Maurício Viotti de Barros, com 33 anos de casa. Certamente vai pedir aposentadoria: "O presidente está decidido a abrir todos os espaços possíveis para privilegiar o Parlamento", diz o novo ministro.

Além de um respeitável orçamento, Prisco Viana terá sob seu comando 300 funcionários do MDU e nada menos que 46 mil da Caixa Econômica Federal.

Decisão sobre terra de índio exige 5 votações

BRASÍLIA — A definição das terras indígenas provocou um confronto entre esquerdistas e conservadores na Comissão de Sistematização. Foram necessárias cinco votações para aprovar o texto do relator Bernardo Cabral porque a esquerda, com apoio da liderança do PMDB, tentou excluir a expressão "posse imemorial" do parágrafo referente às terras indígenas que são propriedade da União.

"Houve um retrocesso com relação a todas as Constituições brasileiras", disse o deputado José Genoíno (PT-SP). O deputado Gerson Peres (PDS-PA), da ala conservadora, aplaudiu a manutenção do texto de Cabral: "Foi um avanço".

Defendendo a posição da esquerda, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) argumentou que a expressão "posse imemorial" significaria que os índios, numa disputa de terras, precisariam provar na Justiça que sempre estiveram ali. O deputado Gastone Righi (PTB-SP) disse que a interpretação era outra que a expressão "posse imemorial" garantia a posse dessas terras pela União.

As votações — O confronto começou na quarta-feira, quando houve três votações. Na primeira, para decidir se a emenda do deputado Euclides Scalco teria preferência, o resultado foi 32 contra 23 votos. Apesar de derrotada no pedido de prioridade, a esquerda se animou. Mas na apreciação da proposta, que retirava do texto a expressão "posse imemorial", conseguiu somente 44 votos

contra 40. Para aprovar emenda, são necessários 47 votos.

Nova tentativa foi feita pela esquerda, para aprovar a proposta do líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, que declarava simplesmente como propriedade da União "as terras habitadas pelos índios". Houve empate de 43 a 43.

Quando a sessão reabriu ontem, foi posta em votação emenda do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro; que tinha a mesma redação da emenda de Haroldo Lima. Ao contrário do que ocorria na véspera alguns titulares da Comissão não assumiram para impedir que os suplentes de esquerda votassem. Os conservadores se beneficiaram também da ausência de parlamentares progressistas. Foram 46 votos para manter o texto contra 41 para modificar. Mais uma vez nenhum dos lados atingia o número mínimo de 47 votos.

Foi necessária a quinta votação. Era a emenda, de mesmo teor, do deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA). Os conservadores se articularam com mais rapidez e conseguiram 51 votos contra 42 da esquerda.

Tempo perdido — A Comissão de Sistematização levou quase uma hora e meia para decidir que as faixas de fronteira consideradas necessárias à segurança nacional terão "até 150 km". A demora, motivada por emendas que alteravam a faixa de 150 km para 50, 60 e 66, irritou o plenário. Até agora, só foram votados 19 dos 336 artigos do substitutivo do relator Bernardo Cabral.

O que foi aprovado

"Art. 19 — Incluem-se entre os bens da União:

I — as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, às fortificações e construções militares, bem assim às vias de comunicação e à preservação ambiental;

II — os lagos, os rios e quaisquer correntes de água em terreno de seu domínio que banhem mais de um Estado, constituam limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele prove-nham; as terras marginais e as praias fluviais;

III — as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas, as ilhas oceânicas e as marítimas, excluídas as já ocupadas pelos Estados e Municípios;

IV — os recursos naturais da plataforma continental;

V — o mar territorial;

VI — os terrenos de marinha e seus acréscimos;

VII — os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica;

VIII — as cavidades naturais subterrâneas, assim como os sítios arqueológicos e pré-históricos

IX — as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados os índios;

X — os bens que atualmente lhe pertencem ou que lhe vierem a ser atribuídos;

XI — o subsolo.

Parágrafo 1º — É assegurado aos Estados, ao Distrito Federal, aos municípios e aos órgãos da administração direta da União, nos termos da Lei, participação no resultado da exploração econômica e do aproveitamento de todos os recursos naturais, em seus territórios, bem como da plataforma continental e do mar territorial e subsolos respectivos".

